

# CIDADES INTELIGENTES UMA CONSTRUÇÃO COLABORATIVA

**Canton Farias Braga Wu**

*Gestor Governamental – Secretaria de  
Planejamento e Gestão de Pernambuco*

**Daniely Andressa da Silva**

*Mestre em Direito pela Faculdade de  
Direito da Universidade de Lisboa.  
Professora Universitária*



## RESUMO

Neste artigo são expostos diversos aspectos que permeiam o planejamento e a gestão das cidades inteligentes, com destaque ao desenvolvimento e os resultados da gestão colaborativa que traz um modelo de governança que integra os vários atores participantes do espaço urbano, alterando a dinâmica de cidades, estados, e até mesmo países. Este modelo de cidade tem também por objetivo tornar viável a comunicação por meio de redes como método de diminuir a burocracia, além de estimular as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), facilitar o acesso à informação e promover o desenvolvimento social e econômico, tornando a gestão pública mais eficiente. As cidades inteligentes são aquelas que sabem extrair o potencial de uma era digital e que por meio desses instrumentos transformam as vidas dos cidadãos mais confortáveis e os seus problemas possíveis de serem rapidamente solucionados. A *smartificação* dos espaços urbanos aliada a uma gestão colaborativa, fruto da parceria entre a população e seus órgãos públicos, proporcionam respostas ágeis e assertivas aos anseios da sociedade, resultando um convívio urbano salutar e enriquecedor para todos.

**Palavras-chave:** Cidades inteligentes. Gestão colaborativa. Cidades Brincantes. TICs.

## 1 Introdução

A expressão Cidades Inteligentes, ou Smart Cities, como também é popularmente conhecida, está diretamente interligada com a inovação do processo de planejamento e gestão das cidades. A necessidade de desburocratizar o serviço público, tornando-o mais acessível às mais diversas camadas sociais, juntamente com a crescente evolução tecnológica da informação e comunicação foram fatores determinantes que passaram a demandar do gestor uma capacidade criativa para lidar com os novos moldes em que as cidades estão se organizando.

A característica preponderante desta nova organização político-administrativa diz respeito à capacidade de execução rápida e ágil dos seus processos, o que demanda soluções inteligentes, práticas e principalmente eficientes, e tem como finalidade precípua atender as necessidades e anseios dos cidadãos mesmo quando se está diante de recursos escassos.

CASTELLS *apud* WEISS (2013, p. 5) traz o conceito de inteligência das cidades como sendo oriundo de uma sociedade em que informação e criatividade são bens valiosos, e que a partir destes o ser humano tem procurado métodos para o desenvolvimento de ações inovadoras, onde sustentabilidade e qualidade de vida possuem papéis de destaque.

Desta forma, o trabalho objetiva apresentar, através de pesquisa bibliográfica, os impactos positivos que a smartificação das cidades proporciona nos espaços urbanos e no comportamento social. Como resultado desse processo, obtêm-se novas maneiras de interação da população com o governo, estreitando a distância entre estes dois atores, ao mesmo tempo em que aumenta a qualidade dos serviços prestados, tornando as cidades em grandes centros sociais e humanizados.

A obra pretende também expor a importância do cidadão como agente colaborador, situando-o como personagem fundamental na construção de uma cidade com potenciais criativos e, por conseguinte, uma sociedade possível de reconfigurar espaços e histórias.

De forma a atender aos objetivos propostos, este trabalho contempla, no primeiro momento, as fundamentações em que se baseiam e quais são os conceitos relevantes das cidades inteligentes, relatar os impactos que esse novo modelo causou tanto no comportamento da sociedade como no modo de conduzir a gestão pública. Em um segundo momento, pretende mostrar a relação destas cidades, que são cada vez mais conectadas com sua população, e a tecnologia da informação e comunicação (TICs). O terceiro capítulo se trata de uma apresentação do progresso da gestão colaborativa, mostrando a importância que o cidadão possui na construção de sua cidade, não só como um mero depositário das ações de seus representantes públicos, mas como um agente

colaborador de projetos que estimulam e desenvolvem as grandes metrópoles, e por fim, são expostos conceitos derivados da smartificação das comunidades e cidades, como as *Playable Cities* e *Smart Citizens*.

## 2 As cidades inteligentes e o planejamento estratégico

BOLLIER *apud* WEISS (2013, p. 6), afirma que o primeiro conceito sobre cidade inteligente surgiu por volta de 1990, por consequência de um movimento que tratava da criação e implantação de políticas urbanas inovadoras. A partir de então, o assunto ganhou mais notoriedade e evoluiu para o interesse em desempenhar formas de gestão urbana alicerçadas em Tecnologia da Informação e Comunicação, representada no Brasil pela sigla "TICs".

De acordo com a IBM (2012), o tripé em que se baseiam as cidades inteligentes é composto pela infraestrutura, operações e pessoas. Através dessa visão da cidade como um sistema interconectado observam-se os eixos que devem ser trabalhados para uma evolução dinâmica. Estes eixos se referem ao meio ambiente, energia, água, comunicação, transporte, educação, assistência médica, programas sociais, segurança pública entre outros serviços da cidade que são relevantes para o funcionamento da mesma.

Com tantos componentes, a percepção é de que a demanda é crescente e os recursos são limitados, o que torna necessário a existência de líderes com conhecimento técnico e com ferramentas para fazer uma análise adequada a fim de obter dados que o auxiliem na tomada de decisões, visando o crescimento econômico sustentável bem como a prosperidade dos cidadãos.

Oliveira (2014, p. 5) trata a importância da crescente demanda como um desafio da gestão pública em lidar com a realidade multifacetada que tem por objetivo promover melhor qualidade de vida para a população.

Sobre a dinâmica de lidar com a escassez dos recursos de maneira eficiente, os autores a seguir consolidam este raciocínio ao afirmarem que:

A função do governo é agir e transformar a realidade. Dada a complexidade do ambiente, em termos de recursos, agentes envolvidos e natureza dos problemas a serem enfrentados, o administrador público precisa organizar as ações em torno de metas claras, visando dar direção e foco às ações, posicionando-se como condutor do processo. O plano não é uma carta de intenções, mas um instrumento que dirige e governa a ação. (SILVA, NIERO e MAZZALI *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 5)

Os autores reforçam a ideia de que o gestor público está diante do desafio de manusear a máquina pública através de mapas estratégicos que dê estrutura para um

processo de planejamento que defina metas, estabeleça prioridades, indique as perspectivas do governo e consolide os elementos estratégicos do planejamento organizacional.

Além de técnicas adequadas para tomada de decisões, é fundamental para o conceito de cidades inteligentes que exista planejamento preventivo das situações que possam incorrer em problemas futuros. A antecipação para solucionar os problemas antes deles se tornarem uma realidade é uma forma de minimizar o impacto de um possível aspecto negativo sobre uma cidade, assim como traz a possibilidade de refletir métodos alternativos de lidar com a problemática.

De acordo com MARTINS e MARINI (2010, p. 103) a melhor maneira de definir resultados é utilizando um instrumento de explicitação da estratégia, onde as relações de causa e efeito dos objetivos e dos indicadores possam ser representados graficamente. O *balanced scorecard* é um instrumento criado por Kaplan e Norton e que atinge o objetivo de consolidar a fase inicial de um novo processo gerencial, faz a coleta dos objetivos e indicadores de maneira estratégica e facilita a comunicação interna e externa da organização.

Os autores MARTINS e MARINI (2010, p. 105) salientam ainda a importância de um roteiro a ser seguido para a construção dos mapas estratégicos e que deve-se estar atento a três passos essenciais. São eles: Definição das perspectivas, Identificação dos objetos e Enunciação dos objetivos.

Essas três fases permitem identificar os insumos, capital humano, os impactos positivos e negativos da ação governamental do ponto de vista social e financeiro, a identificação dos beneficiários com os processos geridos e a mensuração dos esforços necessários para atingir os resultados desejados.

Todo esse trabalho deve ser orientado e coordenado para que sua execução ocorra com o melhor custo-benefício possível, atendendo aos princípios de economicidade, efetividade e eficiência aos quais as cidades inteligentes procuram se estruturar sobre.

A importância da economicidade se dá pela necessidade de obter resultados com o menor gasto possível, remetendo à realidade desafiadora de atingir metas com escassez de recursos. (MARTINS e MARINI, 2010, p. 108).

As cidades que possuem uma gestão estratégica bem estruturada dão espaço para o uso de instrumentos tecnológicos que visam uma melhor qualidade de vida para sua população. Por essa razão, o conceito de cidades inteligentes também está diretamente conectado com o de Tecnologia da Informação e Comunicação, pois é a partir destas que é possível a construção de uma *smart city*.

### 3 A transformação da cidade digital em cidade inteligente através das TICs

BRIGGS e BURKE (2006, p. 33), descreveram sobre a origem do conceito de cidades inteligentes ao afirmar que:

As tecnologias da informação e comunicação (TICs) atualmente estão engajadas principalmente na construção de bem estar, conforto e felicidade integrando ao cotidiano da sociedade seja no ambiente doméstico, trabalho, saúde, segurança, transporte e em especial na informação e comunicação (BRIGGS e BURKE, 2006, p. 33).

Os autores nos trazem a correlação das TICs ao conceito de cidades inteligentes ao afirmar que as sociedades atuais, em todas as partes do mundo, sofreram algum tipo de impacto com a tecnologia da informação e comunicação.

GAMA *apud* SOARES (2012, p. 3) afirma que o processo de surgimento das cidades inteligentes como estratégias de desenvolvimento na era do conhecimento está vinculado ao investimento em infraestruturas digitais e o aumento do uso e valorização da internet. Ressalta também que as TICs são ferramentas que facilitam o processo de interação no meio virtual. Ferramentas tais que, unidas, possibilitam novas maneiras de executar políticas públicas, bem como maximizam possibilidades de novos usos da informação a serviço do cidadão.

O autor traz a ideia da consolidação das cidades inteligentes por meio do uso das redes das cidades que vivem a era digital, onde existe uma nova forma de se relacionar e interagir com pessoas e objetos em espaços ou redes que potencializa o fluxo ou o acesso a informações e torna mais dinâmica a produção do conhecimento.

BRITO (2006, p. 10) afirma que as TICs propiciam informações, por meio de canais virtuais, sem que haja intermediário que burocratize as ações dos usuários. Este novo movimento tem o intuito de se afastar das práticas antigas de governar que estavam diretamente associadas a dificuldade, burocracia e limitações das informações por parte dos cidadãos. Com as TICs é possível exercer um governo democrático e com maior credibilidade.

Partindo desta premissa, autores como HERNÁNDEZ-MUÑOZ *et al.*(2011); KOMNINOS, 2011 *apud* WEISS (2013, p. 5) afirmam que as cidades possuem capacidade de aprendizagem tecnológica, e através da criatividade na forma de gerir a máquina pública, podem tornar o processo mais dinâmico de forma a obter infraestrutura digital e realizar portanto, a esperada inteligência. Tal raciocínio levou a NAM; PARDO *apud* WEISS (2013, p. 6) concluir que uma cidade digital não é necessariamente inteligente. Mas que na realidade ela possui componentes digitais disponíveis para gerar subsídios inteligentes.

Com essas inovações governamentais, fica evidente o aumento da habilidade dos grupos de cidadãos discutirem acerca dos assuntos referentes à gestão pública, trazendo dados relevantes e questionamentos pertinentes com uma instantaneidade que só o meio tecnológico pode proporcionar. (RHEINGOLD *apud* BRITO, 2006, p. 10).

Na visão do autor SCHEER *apud* BRITO (2006, p.13), o cidadão precisa atuar na história da sociedade para que possa ser reconhecido diante da mesma. É necessário sua relação com a política que o oriente no exercício da cidadania e suas ações possuam efeitos sociais concretos.

Estes novos canais vem encurtando e facilitando as relações que antes eram impossíveis, de forma que a sociedade tem acesso virtual direto aos seus representantes governamentais, propiciando uma participação ativa e a comunicação mais democrática entre cidadão e governo.

O autor José Brito remonta o desafio para o uso das TICs, observando o fato de que não basta a existência da rede, mas que ela possa ser acessada por todos de forma a proporcionar democracia.

A popularização das TICs de forma não-excludente e com abrangência irrestrita permitirá maior aproximação do ideal democrático do acesso às informações e conhecimentos universais, com transparência, solidariedade, direitos humanos e participação dos cidadãos. Por outro lado, caso não se observe tais premissas democráticas, as TICs podem se tornar novos instrumentos para hegemonias antidemocráticas e elitizadas, aumentando as desigualdades econômicas e sociais, em detrimento dos já excluídos pelos poderes locais, regionais, federais e multinacionais. (BRITO, 2006, p. 14).

Para o exercício dessa democracia, se faz necessário uma ruptura cultural na forma de o estado olhar para o cidadão e vice-versa, pois dessa maneira o cidadão, de modo geral, poder ser observado pelos órgãos não apenas como um mero usuário do serviço público, mas como agente que vem conquistando um espaço que é seu e que é fundamental a participação do povo.

Tais atitudes vem reinventando inclusive a visão pragmática de que o poder executivo deve se ater a execução e ao cumprimento da lei. É importante observar e inovar na forma que a execução está sendo realizada e qual a participação do povo diante da mesma. Executar atualmente abrange a necessidade de planejamento, execução, avaliação e controle e porque não inserir o procedimento de co-criar e inovar na demanda deste processo.

Por essa série de motivos, o gestor público, atualmente, se encontra diante do desafio de manusear a máquina pública como instrumento facilitador que estreita as relações entre os órgãos públicos e população, compreendendo que é de fundamental

importância ouvir os cidadãos no que eles tem a solicitar e também a acrescentar e sugerir sobre as reais necessidades e expectativas enquanto sociedade.

Fica claro que o dinamismo e a nova forma de os gestores se relacionarem com a sociedade é o que define a capacidade de uma cidade se desenvolver de uma forma inteligente. A gestão voltada para resultados através de inovações dos seus processos viabiliza uma governança pautada nas propostas estratégicas, colaborativas e conseqüentemente, com um melhor uso dos subsídios tecnológicos que as cidades tem a oferecer.

#### 4 O cidadão como agente da Gestão Colaborativa

Com a consolidação de uma gestão pública que visualiza ideias inovadoras, criativas e que perpassem pelas tecnologias de informação e comunicação, solucionar problemas deixou de ser responsabilidade exclusiva dos responsáveis por gerir a máquina pública. Muitas pessoas de diversas áreas distintas de atuação estão provando que não é necessário depender de instituições centralizadas para desenvolver problemas complexos que podem gerar soluções de bem-estar para sociedade. São inúmeros os exemplos de empresas e pessoas que criam negócios, projetos e movimentos com o objetivo comum de conectar pessoas em uma relação de colaboração.

Cada cidade possui necessidades particulares que devem ser mapeadas e conhecidas pelos seus gestores, principalmente no que diz respeito às suas disfuncionalidades. Ao redor do mundo há diversos programas de gestão pública eficaz, que atenderam as necessidades a que se propuseram, e que, conseqüentemente, servem de exemplo a outras cidades e até países. No entanto, é de extrema importância a observância das diferenças das necessidades e deficiências dos locais onde estão sendo extraídos esses modelos. Faz parte, inclusive, da criatividade na gestão, fazer uma adaptação ao modelo, priorizando as reais dificuldades existentes no contexto da cidade em questão, portanto é preciso 'escutar' a cidade, ou melhor, ouvir os cidadãos.

Por outro lado, sabemos que há problemas que são de comum interesse e estão na pauta de diversas sociedades ao redor do mundo, como é o caso da deficiente mobilidade urbana, por exemplo, que se tornou um desafio para as comunidades urbanas. Esta problemática tem sido trabalhada, debatida e até, aos poucos, mitigada através de ações conjuntas entre governo e cidadãos, através ferramentas digitais colaborativas, onde inúmeros projetos vem sendo criados com o intuito de solucionar essa temática.

HADDAD (2014) relacionou alguns exemplos de algumas iniciativas que possuem lógica de rede em relação de colaboração: Waze, Moovit, Uber, Getaround e Spinlister. Todos estes aplicativos citados se referem à mobilidade urbana e surgiram para ajudar os usuários que se locomovem por carros particulares, por transporte público ou até



mesmo, de bicicleta, informando onde está a maior incidência de trânsito, informar acidentes nas vias, expor rotas de ônibus, metrô, os horários de cada linha do transporte público, há também como calcular quanto tempo seu carro ou bicicleta fica parado em casa, auxiliando como fazer um melhor uso dos mesmos e até mesmo há aplicativos que conectam passageiros para compartilhar caronas, evitando uma quantidade enorme de carros nas ruas com apenas um ou dois ocupantes.

Com o mesmo objetivo de gestão colaborativa para promover o bem estar social através das redes, existem vários aplicativos com vasta gama de funções nas áreas de Finanças, Educação, Pesquisa, Consumo consciente, Trabalho, entre outros.

A sociedade é conectada por redes e a internet foi apenas um potencializador dessas redes, ao passo que já é realidade a comunicação promissora entre o poder público e a sociedade. A era do futuro, das cidades inteligentes e dos seres humanos solucionando problemas através de um clique já se faz presente na vida de milhões de pessoas.

ARAUJO *apud* GISOLDI (2013, p. 51) salienta a importância da comunicação pública para dar conta da enorme demanda proveniente de vários grupos sociais. Ele ainda complementa que atualmente é praticamente impossível distinguir quem faz o papel de transmissor ou de receptor que antigamente eram bem definidos. O que vemos atualmente são os dois lados, órgãos públicos e diversos públicos de interesse, atuando como protagonistas no trabalho colaborativo para a gestão da sociedade.

ARAUJO *apud* GISOLDI (2013, p. 52) alerta para o fato de que as instituições públicas enxergam esses grupos de interesse através das mídias sociais como uma grande oportunidade de avançar em sua comunicação, mas também, como um fator de risco. Pois nem sempre as instituições estão abertas aos questionamentos que surgem em páginas da internet, como blogs, por exemplo. O autor deixa claro que é um grande avanço e que apesar de ainda estar em construção, inevitavelmente fará parte da realidade de todas as instituições públicas brasileiras o desafio de usar esse potencial em seu favor.

Sobre o lugar ocupado pelo governo e o lugar do cidadão, BRAGA *apud* GISOLDI (2013, p. 52) acredita que o desafio do governo é adequar-se ao ritmo do cidadão e que para tanto, faz-se necessário uma equipe de servidores voltada para participação em debates e responderem aos questionamentos e as demandas do público, inclusive quando se tratar de questões inviáveis. Dessa forma, haveria uma rápida troca de informações entre as partes por meio de um processo transparente. O autor ainda acrescenta como sendo de relevante a importância que a função do Estado se afaste das funções burocráticas e assumam uma postura de diálogo, análise de sugestões, orientações e comportamentos colaborativos mútuos.



Complementando este pensamento, Brito corrobora a ideia de que o cidadão e os órgãos públicos estão contribuindo igualmente para a evolução do mesmo cenário:

A inovação digital tem mudado os paradigmas comunicacionais quando segmenta, "desintermedeia" ou corta transversalmente as tradicionais relações da sociedade em diversas dimensões e facetas. A comunicação nesta nova configuração permite que todos os atores sejam emissores e receptores, num elevado nível de interatividade entre as partes e, em tese, com os mesmos graus de visibilidade e de oportunidade. (BRITO, 2006, p. 8).

A exemplo dessa colaboração compartilhada, podemos citar a criação de uma rede social colaborativa em abril de 2013, fundada por um grupo de pernambucanos da cidade de Recife, que tem a função de identificar irregularidades das cidades, tais como carros estacionados em locais proibidos, buracos abertos em vias e quaisquer outros problemas que necessite chegar aos órgãos públicos. Através do aplicativo Colab.re, os cidadãos cadastrados precisam apenas fotografar o local e publicar por meio do seu smartphone para que a prefeitura seja notificada com o problema e possa tomar as devidas medidas.

Josemando Sobral, um dos criadores do Colab, em entrevista relatou que devido às inúmeras queixas que ouvia sobre os problemas da cidade, seja de trânsito, iluminação, má conservação das vias públicas, entre outros, surgiu a ideia de pensar em uma maneira fácil de o cidadão propor melhorias para as cidades brasileiras. O objetivo consistia na combinação da eficiência do sistema de gestão com a praticidade de uma rede social. (GOES, 2013).

Em entrevista para a revista Startupi (2014), Gustavo Maia, também fundador membro do Colab.re, diferencia o projeto das reclamações que ocorrem diariamente em redes sociais como Facebook e Twitter. No Colab.re, a reclamação do usuário é diretamente encaminhada ao órgão competente. A proposta é garantir ao usuário que a solicitação de mudança chegará ao conhecimento da gestão do município. O aplicativo disponibiliza também um diagnóstico com a realidade dos municípios brasileiros que pode ser acessado e visualizado por qualquer cidadão.

A recente criação desta plataforma, realizada por um grupo de jovens cidadãos do município de Recife, retoma a ideia de que população e órgãos públicos funcionam igualmente como protagonistas das inovações para os problemas urbanos. O aplicativo ganhou notoriedade ao ganhar um prêmio internacional como o melhor aplicativo urbano do mundo, o AppMyCity, em 2014.

O projeto inspirou algumas cidades brasileiras a implementar o Colab em algumas prefeituras, a exemplo de Curitiba, que foi a primeira cidade do Brasil a adotar este modelo.

Gomes (2014), afirma que a Prefeitura de Curitiba e o Colab firmaram uma parceria e que desde então, basta que os cidadãos registrem suas reclamações e/ou sugestões no programa e estas serão levadas diretamente ao poder público. Vale ressaltar que o aplicativo permite ainda que o cidadão acompanhe a resolução do problema através do seu celular.

O sócio-fundador MAIA *apud* GOMES (2014) explica qual é o conceito da gestão colaborativa proposto no programa ao afirmar que "A gente busca fazer gestão colaborativa: uma gestão da cidade em que as prefeituras procurem a colaboração do cidadão no dia-a-dia".

A iniciativa dos criadores e das prefeituras interessadas em implementar as propostas tem rendido novos ambientes para o florescimento dos negócios. O Colab é um sistema inteligente, que se utiliza do georeferenciamento e de outros recursos que a tecnologia oferece para modificar o conceito de solução dos principais problemas urbanos (GOMES, 2014).

A participação dos cidadãos enquanto criador de ideias e propostas modificadoras tem sido matéria de interesse da população em vários países. Os benefícios que as cidades tem ganhado com esses projetos e a sua eficiente aplicabilidade tem motivado órgãos públicos a modificar sua forma de gestão, incentivado empreendedores a desenvolver novas ideias, bem como, motivado a população a se interessar pela participação e sugestão de melhorias do espaço social.

## 5 O surgimento das Playable Cities

O crescimento dos projetos de gestão colaborativa são resultados dos inúmeros benefícios urbanos que estes vêm trazendo. Tais projetos têm fomentado o desenvolvimento de novos potenciais criativos, como é o caso de um novo alinhamento entre gestão colaborativa e uso da tecnologia da informação e comunicação, que surgiu como uma nova proposta a cidades inteligentes e foi denominada Cidade Brincante (*Playable City*), que surge como um contraponto ao processo de smartificação simples das cidades, que foca na entrega rápida e eficiente de serviços de forma automatizada, em detrimento a organicidade e significância destas entregas.

A ideia que foi proposta pelo Centro Britânico de Cinema e Criatividade Digital de Bristol, criador do termo, objetiva desenvolver novos modelos de convivência nas cidades através da inserção da arte, tecnologia e cultura.

De acordo com a própria instituição, o intuito é de transformar as cidades em espaços lúdicos, ou seja, o desafio é incentivar a criatividade para explorar áreas que aparentemente não tem nada a oferecer e transformar em lugares onde os cidadãos e turistas possam desfrutar daquele ambiente. As cidades brincantes ou "*playable cities*", trazem em seu conceito, o objetivo de se afastar o máximo possível do pensamento de

que apenas a construção de grandes edifícios são formas saudáveis para o crescimento e evolução de uma cidade. A instituição ainda define uma "Playable City", como "uma cidade que preza as pessoas, a hospitalidade e a transparência. É um lugar com o qual os moradores e visitantes podem reconfigurar espaços e histórias". (WATERSHED, 2014)

De acordo com TUHUS-DUBROW (2014), uma Cidade Brincante é uma cidade onde as pessoas, hospitalidade e abertura são elementos chave que permitem que seus moradores e visitantes possam reconfigurar e reescrever os serviços, lugares e histórias desta cidade.

Diante do exposto, podemos compreender que as "*playable cities*" vieram complementar e enriquecer as primeiras modificações de evolução urbana que as *smart cities* trouxeram. Enquanto as cidades inteligentes surgiram com o interesse de agilizar e tornar eficaz o serviço da gestão pública, as cidades brincantes aparecem com a ideia de que além do efetivo serviço prestado, é fundamental observar a qualidade dessas relações estabelecidas, o nível de satisfação dos cidadãos ao se inserirem neste novo conceito e, principalmente, pensar novas formas de promover espaços sociais capazes de contribuir para o estímulo, a convivência e o potencial criativo da sociedade.

Hement consolida esta ideia afirmando que:

"Até agora, o debate sobre a Cidade Inteligente tem-se centrado em torno da tecnologia que está sendo desenvolvido e criado por grandes corporações, e ignora a dimensão mais importante das cidades, as pessoas que vivem, trabalham e criam dentro de si." (HEMMENT, 2013).

O autor traz a existência de um impasse na forma das cidades inteligentes funcionarem afirmando que não há uma conectividade entre o interesse dos cidadãos e o aparato tecnológico oferecido pelas corporações globais.

Diante das novas necessidades que surgiram com o crescimento da demanda das cidades inteligentes, surge a reflexão de que as *smart cities*, as *playable cities* e a gestão colaborativa não são construídas apenas a partir da existência isolada de uma tecnologia avançada, por exemplo. Na realidade, as cidades inteligentes são formadas por cidadãos inteligentes.

Esta percepção trazida por HEMMENT (2013) possibilitou a construção de um novo conceito chamado *smart citizen*, que tem como papel fundamental explorar diversas formas que os cidadãos podem influenciar o futuro de sua cidade, inclusive criando novas abordagens para a entrega de infraestrutura, transporte e energia.

Dessa forma, o cidadão inteligente ou os *smart citizen*, não estão criando apenas cidades inteligentes, mas sim novas vertentes para as cidades do futuro.

## 6 Conclusão

O mundo tem sofrido transformações das mais diversas possíveis como decorrência da busca da humanidade por novas formas de construir suas relações pessoais, sociais e governamentais. Mudar a maneira como nos relacionamos através dos subsídios promovidos dos avanços tecnológicos tem trazido conquistas e descobertas promissoras para a humanidade.

Nesse contexto, este trabalho teve como objetivo discorrer sobre o estudo das cidades inteligentes bem como das ferramentas e conceitos que permeiam os avanços nesta temática. A interação da sociedade com as políticas de governo vem tomando novas formas, ao passo que os cidadãos comuns vêm desenvolvendo projetos pessoais que interferem positivamente no bem estar social, tais como o Colab.re e outros aplicativos que podem ser acessados através do telefone celular.

As tecnologias da informação e comunicação foram apresentadas como instrumentos importantes que dão suporte às ações desses lugares inteligentes, tal como o investimento em redes que propiciou a aproximação da sociedade com os governantes e deu um grande passo no processo de desburocratização da máquina pública. Apresentou-se também o processo de desenvolvimento criativo, que consiste em transcender a ideia da prestação de serviço efetiva, por exemplo. O bom serviço social vai além de sua agilidade, este deve visar à melhoria da qualidade das relações estabelecidas, aumentar o nível de satisfação dos cidadãos, sendo, portanto, capaz de reconfigurar os espaços urbanos de maneira lúdica, através das cidades brincantes.

O desenvolvimento de todo esse processo só é possível a partir de cidadãos pensantes que contribuem através de uma gestão colaborativa, mostrando que mais importante do que ter uma cidade inteligente, é ter cidadãos pensantes.

Os autores e trabalhos citados possuem experiência significativa na área e agregam conhecimentos relevantes para a continuidade dos estudos nesse campo de trabalho.

Desta forma, conclui-se que este trabalho pode ainda, apontar novos caminhos, novos questionamentos para futuras investigações acerca do tema, permitindo que o conceito de smart cities seja mais explorado e possa contribuir com avanços e descobertas que se adaptem a todos os contextos governamentais possíveis.

## REFERÊNCIAS

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história, social da mídia: de Gutemberg à Internet**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 375 p.

BRITO, José Augusto Pereira. **Cibercidadania: a virtualização na Comunicação Pública Contemporânea**, 2006. Disponível em:  
<[http://www.eca.usp.br/departam/crp/cursos/posgrad/gestcorp/organicom/re\\_vista4/106.pdf](http://www.eca.usp.br/departam/crp/cursos/posgrad/gestcorp/organicom/re_vista4/106.pdf)>. Acesso em: 26 set. 2014

GISOLDI, Robson Luiz. **Reclame Aqui Cidades: inovações da mídia social para o exercício da cidadania** São Caetano do Sul, SP, 2013. Disponível em:  
<[http://www.uscs.edu.br/posstricto/comunicacao/dissertacoes/2013/pdf/robson\\_luiz\\_gisoldi.pdf](http://www.uscs.edu.br/posstricto/comunicacao/dissertacoes/2013/pdf/robson_luiz_gisoldi.pdf)> Acesso em: 26 set. 2014

GOES, Gisele. **Colab, o aplicativo social para compatilhar problemas da sua cidade**, 2013; Disponível em:  
<<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2013/05/colab-o-aplicativo-social-para-compartilhar-problemas-da-sua-cidade.html>> Acesso em: 29 set. 2014

GOMES, Helton Simões. **Prefeituras começam a usar app para receber reclamação de cidadãos**, 2014. Disponível em:  
<<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/04/prefeituras-comecam-usar-app-para-receber-reclamacao-de-cidadaos.html>> Acesso em: 30 set 2014

HADDAD, Camila. **31 projetos colaborativos que estão revolucionando o mundo como o conhecemos hoje**, 2014. Disponível em:  
<<http://papodehomem.com.br/31-projetos-colaborativos-que-estao-revolucionando-o-mundo-como-o-conhecemos-hoje/>> Acesso em: 26 set. 2014

HEMMENT, Drew. **The smart city is dead, long live the smart citizen**, 2013. Disponível em:  
<<http://futureeverything.org/news/the-smart-city-is-dead-long-live-the-smart-citizen/>> Acesso em: 29 set. 2014

IBM, **Cidades mais inteligentes**, 2012. Disponível em:  
<[http://www.ibm.com/smarterplanet/br/pt/smarter\\_cities/overview/index.html](http://www.ibm.com/smarterplanet/br/pt/smarter_cities/overview/index.html)> Acesso em: 25 set. 2014

MARTINS, Humberto Falcão; Marini, Caio. **Um guia de governança para resultados na administração pública**. Publix Editora, 2010. 256 p.

OLIVEIRA, Tatiana Souto Maior. **Planejamento do meio urbano sob a óptica da sustentabilidade, Tema 3 - UNINTER**, 2014.

SOARES, David José. **Cidades inteligentes: um novo arranjo para o desenvolvimento. II Encontro das faculdades de gestão e negócios**, Uberlândia, MG, 2012. Disponível em:  
<[http://www.swge.inf.br/PDF/ENFAGEN2012-0100\\_4886.PDF](http://www.swge.inf.br/PDF/ENFAGEN2012-0100_4886.PDF)>. Acesso em: 25 set. 2014

STARTUPI. **Colab.re, rede voltada a melhorias nas cidades, ganha aporte de R\$ 3,5 milhões**, 2014. Disponível em:  
<<http://startupi.com.br/2014/03/colab-re-rede-voltada-melhorias-nas-cidades-ganha-aporte-de-r-35-milhoes/>> Acesso em: 29 set. 2014

TUHUS-DUBROW, Rebecca. **Can the “playable city” make smart city critics smile?**, 2014. Disponível em:  
<<http://nextcity.org/daily/entry/playable-city-watershed-smart-city-backlash>> Acesso em: 29 set. 2014

WATERSHED. **Recife: the playable city**, 2014. Disponível em:  
<<http://www.watershed.co.uk/ished/projects/recife-the-playable-city>> Acesso em: 29 set. 2014

WEISS, Marcos Cesar. **Cidades inteligentes: a aplicação das tecnologias de informação e comunicação para a gestão de centros urbanos. Grupo de trabalho 17 – Conhecimento, tecnologia, sustentabilidade, inovação e prospecção no contexto das cidades do século XXI**, 2013. Disponível em:  
<[http://www.academia.edu/7355237/Cidades\\_inteligentes\\_a\\_aplicacao\\_das\\_tecnologias\\_de\\_informacao\\_e\\_comunicacao\\_para\\_a\\_gestao\\_de\\_centros\\_urbanos](http://www.academia.edu/7355237/Cidades_inteligentes_a_aplicacao_das_tecnologias_de_informacao_e_comunicacao_para_a_gestao_de_centros_urbanos)> Acesso em: 26 set. 2014